

O COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL^{*}

NILSON VITAL NAVES

Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça

É com grande satisfação que o Superior Tribunal de Justiça recebe em sua sede a I Jornada de Debates sobre o Trabalho Escravo. Como Presidente desta Corte, muito me desvaneceu o convite que me fizeram o senhor Secretário de Estado dos Direitos Humanos e o senhor Diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil para participar da mesa presidencial da abertura de conclave sobre tema tão atual quão importante.

Os tópicos de que se ocuparão as cinco mesas e os propósitos incisivos constantes no projeto de cooperação técnica apresentado pela OIT em 27 de agosto último espelham a condenação unânime aos casos de trabalho forçado no Brasil, bem como a necessidade de se aperfeiçoar e dotar de meios suficientes a atuação integrada da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, do Ministério Público da União, das Polícias Federais e do Ministério do Trabalho e Emprego.

Além do aporte que trarão aos debates os representantes de órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário, a presença de Frei Xavier Plassat, da Comissão Pastoral da Terra, entidade que tanto tem feito para identificar, denunciar e combater casos de trabalho escravo, será fator que os enriquecerá.

É um fato por demais lamentável que, desde os tempos mais distantes da história da humanidade, a escravatura tenha sido aceita como um meio de explorar o trabalho alheio. Até o século XVIII, o tráfico

^{*} Palavras proferidas pelo Ministro Nilson Naves por ocasião da abertura da I Jornada de Debates sobre o Trabalho Escravo, Brasília, 24/9/2002, no Auditório do STJ.



de escravos foi considerado empreendimento comercial tão irreprochável como o transporte de mercadorias.

Mencionarei um exemplo: ao sair vitoriosa da Guerra da Sucessão Espanhola, a Grã-Bretanha ganhou da Espanha, por um dos vários tratados concluídos em Utrecht, em 1713, o monopólio do transporte de escravos para as colônias espanholas nas Américas. Em março daquele ano, Espanha e Grã-Bretanha assinaram acordo cujas palavras introdutórias mencionam que, “desejando a Rainha da Grã-Bretanha entrar neste comércio”, Espanha cedia a uma companhia inglesa, por 30 anos, o monopólio do transporte de africanos para as suas colônias americanas, à razão de 4.800 escravos por ano, ou seja, um total de 144.000 durante a vigência da concessão.

Essa atitude em relação ao tráfico só começou a mudar depois que o governo britânico, premido pela opinião pública, proibiu-o e passou a usar sua Marinha para reprimi-lo. Em 1850, os cruzadores britânicos, baseando-se no chamado Bill Aberdeen, de 1845, sentiram-se no direito de violar nossa soberania para perseguir e destruir navios negreiros em águas territoriais brasileiras. Compreendendo a necessidade de mudança, principalmente a fim de evitar a repetição de tal desmando, a Assembléia Nacional Legislativa passou, a toque de caixa, a Lei Eusébio de Queiroz, que proibiu a introdução de escravos no país. A violação de nossa soberania levou-nos a fazer a coisa certa, ou melhor, parte da coisa certa, pois o correto teria sido abolir também o escravismo – no que levamos mais 38 anos.

Com mais de um século a nos separar da Lei Áurea, é inaceitável que, no Brasil de nossos dias, exista o tráfico feito pelos “gatos”, que aliciam trabalhadores com falsas promessas, para entregá-los a quem os manterá e tratará como escravos. Não esperemos desta vez o repúdio universal para fazer tudo quanto deve ser feito, mas ajamos porque assim o exigem a consciência nacional e numerosos princípios



constitucionais que nos regem interna e externamente, por exemplo: dignidade da pessoa humana e valores sociais do trabalho (art. 1º, III e IV), prevalência dos direitos humanos (art. 4º, II), direitos dos trabalhadores (art. 7º), função social da propriedade (art. 5º, XXIII, e 170, III).

A preocupação dos legisladores com o respeito aos direitos humanos e à dignidade da pessoa humana levou a Câmara dos Deputados a aprovar, no contexto da reforma da Constituição, emenda ao art. 109 ("Aos juízes federais compete processar e julgar") para incluir um inciso V-A, que reteria: "as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo". Este novo parágrafo diria:

"Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal." Tal acréscimo não deixaria de vir ao encontro de uma das metas do Programa Nacional de Direitos Humanos, qual seja, "a necessidade de manter no âmbito federal a competência para julgar crimes de trabalho forçado".

O texto em tramitação no Senado aceita os dois acréscimos citados.

A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e o Escritório da OIT têm empreendido esforços meritórios para imprimir maior urgência às iniciativas em andamento no Congresso Nacional tendentes a dificultar o recrutamento e o uso de trabalho escravo e a punir, de modo efetivo, eventuais transgressores. A magnífica contribuição que fizeram, como resultado da oficina sobre o "Aperfeiçoamento Legislativo para o Combate ao Trabalho Escravo", realizada em junho último, recebeu o endosso do

Ministério Público do Trabalho, que a transmitiu ao Senhor Ministro da Justiça; por sua vez, Sua Excelência anunciou que as sugestões emanadas da oficina seriam remetidas à Casa Civil da Presidência.

Com efeito, é motivo de angústia para a grande maioria dos brasileiros tomar conhecimento, periodicamente, de mais casos de trabalhadores mantidos por proprietários inescrupulosos, ou por seus prepostos, em situação ofensiva à dignidade humana, se não em regime que só pode ser classificado como de escravidão.

Há poucos dias, assim se expressou Marcelo Canellas ao receber o prêmio de imprensa na categoria televisão por sua reportagem sobre trabalho escravo, exibida em outubro último: “Nosso papel é resgatar o tipo de jornalismo que o Tim [Lopes] fazia: de um lado a denúncia, a investigação, e de outro dar voz à parcela do povo brasileiro destituída de quase tudo.” Aproveito o ensejo para felicitar esse corajoso homem de imprensa, com cujas palavras concordo e às quais acrescento: é urgente debater o que pode ou deve ser feito a fim de que os casos identificados resultem em justiça para quantos tiveram seus direitos violados e se inflija aos infratores punição à altura de seu horrendo crime.

Dispomos de legislação que incrimina e apena atos contra a liberdade individual e a organização do trabalho. O art. 148 do Cód. Penal impõe pena de reclusão, de dois a oito anos, pela privação de liberdade mediante seqüestro ou cárcere privado se a privação durar mais de 15 dias e se resulta à vítima, em razão de maus tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral. O art. 149 comina igual pena – reclusão, de dois a oito anos – para o crime de reduzir alguém a condição análoga à de escravo. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a trabalhar durante certo período de tempo, é o crime definido pelo art. 197 do Cód. Penal, e frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho, é o crime definido pelo art. 203; em ambos casos a pena é detenção de um mês a

um ano, e multa, além da pena correspondente à violência. Aliciar trabalhadores com a fim de levá-los para outra localidade do território nacional é o crime de que trata o art. 207, cominado com detenção de dois meses a um ano e multa.

Os casos trazidos ao Superior Tribunal têm sido incriminados sob o art. 149, às vezes em combinação com um ou mais dos artigos 148, 203 e 207. Frequentemente os réus procuram a desclassificação para crime contra a organização do trabalho, em face das penas mais brandas que seriam aplicáveis.

Existe, portanto, a possibilidade de se aplicar uma pena mais severa no caso de redução a condição análoga à de escravo. A respeito, considerando que o recurso à escravização deriva de um imperdoável anseio por lucro, foi feliz a solicitação enviada pelo Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho ao Presidente da Câmara dos Deputados na semana passada, instando pela submissão urgente, à apreciação dos membros daquela Casa, da Proposta de Emenda Constitucional nº 438, já aprovada no Senado Federal, pela qual se estabeleceria, no art. 243 da Constituição, a expropriação das terras de alguém que mantenha pessoas no regime de trabalho escravo. A perda da propriedade, sem indenização, faria parte, com a pena de reclusão e multa, do castigo merecido por quem recorrer a tão condenável meio de enriquecimento.

O anteprojeto da parte especial do Código Penal apresentado ao Senhor Ministro da Justiça pela Comissão da Reforma Penal em março de 1998 recomenda para o crime de redução ou manutenção em estado análogo a escravidão (art. 150) reclusão de três a seis anos e multa. Destarte, enquanto se aumentaria a pena mínima, diminuir-se-ia a máxima. Por outro lado, o fato de submeter alguém a trabalho em condições desumanas ou degradantes redundaria em pena cominada em reclusão de um a quatro anos e multa (art. 357 do anteprojeto).

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego citados no documento conjunto da Secretaria de Direitos Humanos e da OIT, de 1995 a 2001, 156 operações de fiscalização daquele Ministério liberaram mais de 3.400 trabalhadores submetidos a essa ignomínia. O documento citado continua, porém, com uma constatação desanimadora: "Certamente contribui para a continuidade da prática, a sua impunidade. A Polícia Federal, em parceria com o órgão de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, até agora prendeu em flagrante delito 26 pessoas e instaurou 18 inquéritos policiais. Mas até hoje somente 3 pessoas foram condenadas."

Pode a Justiça ser criticada em face da pequena proporção existente entre inquéritos instaurados e condenações? Esse é um ponto que também foi levantado, há poucas semanas e em outro foro, com relação a casos de pirataria. Se o motivo da crítica fosse a demora em julgar, e tal demora coubesse exclusivamente ao aparelho judicial, a recriminação seria cabível.

No entanto, não nos devemos esquecer de que vários desses casos estão em andamento, e, por outro lado, que a Justiça, para bem julgar, precisa dispor de provas convincentes, que cheguem a seu conhecimento em tempo hábil. Embora provas sejam difíceis de conseguir – especialmente se vítimas e testemunhas sentem-se ameaçadas –, a Justiça não pode dispensá-las, pois a Justiça que se baseia em provas de pouca confiabilidade é instrumento ideal dos regimes totalitários – algo impróprio na democracia em que vivemos. É necessário, por esse motivo, que no programa de combate ao trabalho escravo incluam-se medidas eficazes de proteção àqueles que se dispuserem a testemunhar contra os novos escravagistas.

Nenhum membro do Poder Judiciário pode ficar indiferente a esse grave problema, ou deixar de pautar sua atuação por total repúdio a tamanho crime, cometido contra trabalhadores recrutados nas camadas



mais necessitadas, com a finalidade de explorá-los, maltratá-los, sujeitá-los a condições de higiene subumanas, às vezes levá-los para longe de seus lares, com total rompimento dos vínculos familiares.

Tal conduta reveste-se de imensa crueldade e deve continuar a ser objeto da maior atenção dos sistemas policial e judiciário; em caso de patentear-se a existência do crime, o julgador deve procurar a imposição da pena mais rigorosa, tendo em mente que, sendo a lei ruim, cabe ao juiz corrigi-la mediante uma sábia aplicação.

Deixo essas observações com a certeza de que esta I Jornada, à qual desejo muito sucesso, será frutuosa e contribuirá para apressar o encontro de soluções para este terrível problema.